

Adriana Fiorotti Campos
Professora da FAESA (Vitória, ES) e
Mestre em Ciências Econômicas pela
Universidade Federal do Espírito
Santo – UFES.

O II PND e o processo de estatização da dívida externa: a crise das estatais e a sua posterior privatização

*“Não é triste mudar as idéias;
triste é não ter idéias para mudar”.*
Barão de Itararé

Introdução

O processo de privatização é, sem dúvida, um dos eventos econômicos mais significativos dos anos 90. Sua importância será aqui observada como representando o divisor de águas entre concepções antagônicas de Estado: o Estado produtor-interventor e o Estado neoliberal.

Mostrar-se-á todo o processo, ocorrido desde meados da década de 70, e enfatizando através das ambiciosas e irrealistas propostas do II

PND (Plano Nacional de Desenvolvimento)¹. Em um primeiro momento, as estatais foram impossibilitadas de se autofinanciarem devido ao uso constante dos preços de seus produtos como instrumentos de combate à inflação. Também lhes foi incumbido o papel de obter empréstimos externos, uma vez que os recursos internos estavam direcionados ao setor privado. Este fato gerou a autodestruição e sucatagem de várias empresas estatais e sua posterior privatização, muitas vezes, por preços ínfimos e utilizando, na com-

pra de suas ações, “moedas de privatização”².

Para tanto, este trabalho será dividido em cinco partes: introdução, três capítulos e considerações finais. No capítulo 1, falar-se-á do II PND e de sua proposta de uma nova estratégia industrial de desenvolvimento dos setores de base e de insumos básicos. Neste novo projeto de desenvolvimento, as empresas estatais seriam o “carro-chefe” do crescimento econômico e estariam à frente das propostas de manuten-

¹ Cabe ressaltar que, no início do processo de endividamento brasileiro da década de 70, os recursos externos captados eram utilizados no financiamento de um ambicioso programa de investimentos em infra-estrutura, insumos básicos e bens de capital decorrentes das propostas do II PND que tinha a finalidade de reduzir a dependência externa do país.

² As “moedas de privatização” são dívidas contraídas no passado pelo Governo Federal, que são aceitas como forma de pagamento das ações das empresas estatais que estão sendo privatizadas.

ção das elevadas taxas de crescimento do período do “*Milagre Econômico*”.

Já no capítulo 2, serão mostrados as três principais vertentes do processo de estatização da dívida externa, que são: 1) a crescente participação de entidades públicas na captação de recursos externos; 2) o processo de transferência às autoridades monetárias de dívidas externas, originalmente captadas pelo setor privado; e 3) a forma que assumiu o processo de renegociação da dívida externa: sabe-se que à partir de 1983 o Banco Central acabou sendo o depositário de expressiva parcela de recursos externos. Serão enfatizados também a parte que cabe às empresas estatais no processo de estatização da dívida externa e como a utilização indevida dessas companhias incorreu em uma séria crise econômico-financeira das mesmas na década de 80.

Enfim, por último, no capítulo 3, avaliar-se-á o processo de privatização desencadeada pelo Governo Fernando Collor de Mello (1990) através, por exemplo, da criação do PND (Plano Nacional de Desestatização). A partir daí, várias empresas lucrativas ou não começaram a ser privatizadas.

Capítulo 1 – O II PND e a nova estratégia industrial (as empresas estatais como o agente central na manutenção do crescimento econômico)

Em um primeiro momento, é necessário analisar o período anterior ao Segundo Plano Nacional de

Desenvolvimento conhecido como “*Milagre Econômico*” pelo crescimento acelerado do PIB (11,4% em média de 1968 a 1973). Este crescimento foi facilitado, internamente, pela ocupação da capacidade ociosa herdada do período anterior. E, externamente, pelas formidáveis condições: 1) rápida expansão do comércio mundial; 2) crescimento sincronizado das economias industriais; 3) elevação dos preços dos produtos primários; e 4) tremenda liquidez do sistema monetário internacional.

O setor de bens de consumo duráveis, neste período, era o “*carro-chefe*” do crescimento brasileiro. Sua rápida expansão, se comparada ao setor de bens intermediários, provocou o aumento do volume de importações desses bens devido a sua produção ser menor do que a demanda interna por certos insumos (aço, petróleo, químicos, etc.). Em 1973, a economia operava a plena capacidade, logo, para manter as altas taxas de crescimento seriam necessárias altas taxas de acumulação (a impossibilidade destas taxas elevadas poderia limitar o crescimento). Além disso, um crescimento mais acelerado dos investimentos aumentaria as importações de bens de capital, podendo prejudicar ainda mais a balança comercial.

Antes do 1º Choque do Petróleo, havia uma clara tendência a desequilíbrios no balanço de pagamentos e esta tendência foi agravada ainda mais com este choque externo de oferta. Isto se deu pelo fato de o Brasil importar cerca de 80% deste insumo e, também, por serem limi-

tadas no curto prazo as possibilidades de substituição de importações de petróleo e outros insumos básicos. Somada a este aumento do nível das importações brasileiras vem uma redução do seu nível de exportação, principalmente em função da política recessiva adotada pelos países industrializados como resposta ao choque do petróleo e a também decorrente da relativamente reduzida propensão a gastar dos países exportadores deste produto.

Logo, a economia brasileira, assim como todas as economias mundiais, necessitava fazer um ajuste e tinha três alternativas de escolha: 1) ajustamento macroeconômico recessivo (promover o desaquecimento da demanda interna); 2) crescimento com endividamento; ou 3) realizar um ajustamento estrutural (endogeneizar o ciclo, dinamizar o crescimento e interiorizar a produção de capital).

O II PND foi a tentativa de colocar em prática a terceira alternativa de ajustamento. Como afirma Serra (1982), o II PND foi “*o mais importante e concentrado esforço do Estado desde o Plano de Metas no sentido de promover modificações estruturais na economia*”.

Como já foi visto acima, em 1973, os problemas da economia brasileira eram: 1) o “*atraso*” nos setores de bens intermediários e de bens de capital; 2) uma forte dependência externa do petróleo; e 3) o elevado desequilíbrio externo. Assim, o II PND identificou o problema da transformação de recursos domésticos em divisas que o Brasil passava

a enfrentar a partir de 1974, e interpretou-o como sendo de ordem estrutural. Elegeu como prioritários os setores de insumos básicos, o setor energético e o de bens de capital. No entanto, esta prioridade não visava apenas corrigir desbalanceamentos, como poder-se-ia supor, mas objetivava, principalmente, aumentar a oferta de bens competitivos, tanto para o atendimento do mercado interno quanto para obter uma elevação do nível das exportações. Este período é assim avaliado por Dalcomuni:

“No que se refere ao comportamento da economia, portanto, em 1974, após o primeiro “Choque do Petróleo”, inicia-se um processo de desaceleração do ritmo de produção corrente na indústria e da expansão planejada da indústria de bens de produção. Ou seja, a conjuntura econômica do início do governo Geisel é bastante complexa: no plano externo, a economia mundial impactada pela elevação drástica dos preços do petróleo vivencia um substancial desaquecimento da atividade econômica, fruto de medidas de ajustamento à nova conjuntura, adotadas por países como EUA, Holanda e Alemanha, dentre outros. Além da retração dos mercados, o “Choque do Petróleo” provocou, ainda, um transtorno das contas externas nacionais, através da substantiva elevação dos valores das importações. O “déficit” da balança comercial brasileira em 1974 foi de US\$ 9,9 bilhões. No plano interno, por outro lado, a economia parecia tender para uma reversão cíclica após o auge da expansão econômica ocorrido até 73. O atingimento da plena utilização da capacidade instalada na indústria, ao final do período do “milagre”, impu-

nha dificuldades de se manter taxas elevadas de crescimento sem a efetivação de maciços investimentos na economia. Além disso, problemas relacionados à crise energética e escassez de matérias-primas acentuavam os problemas do balanço de pagamentos. Em face à complexidade conjuntural, o governo Geisel opta pelo “crescimento com endividamento externo”. Crescimento, esse, direcionado ao: autoabastecimento de insumos estratégicos; desenvolvimento de novas vantagens comparativas que minimizassem as vulnerabilidades do Brasil frente às crises mundiais, desenvolvimento tecnológico nas mais diversas áreas (infra-estrutura, indústria de base e indústria de ponta), rumo, em síntese, à superação da crise e à elevação da economia brasileira à condição de economia desenvolvida. Inicia-se no Brasil a fase dos “Grandes Projetos”. (DALCOMUNI, 1990, pp. 69-70).

Para resolver os problemas acima citados, quais sejam, o “atraso” nos setores de bens intermediários e de bens de capital, uma forte dependência externa do petróleo e o elevado desequilíbrio externo, Serra (1982) cita as principais metas do II PND: 1) que entre 1974 e 1979 a economia (PIB) deveria crescer 10% ao ano, a indústria a 12%, a agricultura a 7% e as exportações aproximadamente 2 vezes e meia (em volume); 2) substituir aceleradamente as importações no setor de bens de capital e insumos básicos; 3) desenvolver grandes projetos de exportação de matérias-primas; e 4) aumentar intensamente a produção interna de petróleo e a capacidade de geração de energia hidrelétrica, desenvolver o transporte ferroviário e o sistema de telecomu-

nicções, e realizar um amplo programa de eletrificação rural, irrigação e construção de armazéns e centrais de abastecimento.

Para Serra (1982), o II PND foi parcialmente desativado a partir de meados de 1976 devido, fundamentalmente, à adoção de uma política antiinflacionária de natureza contencionista. A tentativa de conter as importações mediante o aumento de seus preços relativos foi um dos fatores que impulsionou a inflação, gerando reações contencionistas na política econômica. Mas em uma sociedade habituada à instabilidade de preços e a um sistema de indexação formal (ou de fato) generalizado, a taxa de inflação não é apenas resistente à baixa como também, frente a determinados choques ou impulsos, tende a propagar-se a elevar-se com rapidez.

Ele ainda afirma que este plano obteve êxito tanto na substituição de importações de produtos intermediários quanto na alavancagem da indústria doméstica de bens de capital (sob a ação direta das empresas estatais ou então graças ao forte apoio do sistema BNDE e do CDI ao setor privado).

Segundo Batista (1987), a estratégia do II PND exerceu um papel positivo para o ajustamento externo da economia, além de sustentar o crescimento econômico. Entre os seus aspectos negativos, ele cita a meta bastante ambiciosa para o crescimento econômico que: 1) subestimava as dificuldades relacionadas com o fato de que a economia havia atingido plena utilização de ca-

pacidade e alguns setores já mostravam claros sinais de superaquecimento; e 2) contava de maneira irrealista com condições favoráveis da conjuntura internacional.

Como aspecto positivo ele destaca a recusa do II PND em adotar uma estratégia que reduzisse drasticamente o crescimento econômico ou que mergulhasse o país na recessão. Igualmente importante foi a determinação de sustentar a taxa de investimento e evitar o uso de recursos externos em consumo supérfluo. Além disso, Batista (1987) afirma que a determinação em avançar o processo de industrialização no Brasil através da implantação de um programa de substituição de importações no setor energético e de expansão da capacidade de produção de bens intermediários, incluindo a implantação de indústrias de tecnologia naval, equipamento ferroviário, aeronáutica, petroquímica e farmacêutica deve ser contabilizada como um aspecto altamente positivo do II PND.

Para Carneiro (1991), a rápida desaceleração da produção de bens de capital e a manutenção da liderança dos bens de consumo (apesar da menor taxa de crescimento), indica que de fato o II PND não logrou constituir um novo padrão de crescimento para a economia brasileira, a não ser que se leve em consideração como tal a internacionalização da oferta de alguns ramos produtores de bens intermediários.

Para ele, o ajuste estrutural não foi capaz de constituir um novo padrão de crescimento para a eco-

nomia brasileira, deslocando o seu eixo dinâmico para a indústria de bens de capital. Esta característica somada à constatação da permanência da vulnerabilidade externa, é decisiva no que diz respeito aos efeitos do 2º Choque do Petróleo sobre a economia nacional (recessão da década de 80 e ajustamento forçado da economia brasileira).

Para Lessa, no texto “*Visão Crítica do II Plano nacional de Desenvolvimento*”, o II PND fracassa, uma vez que não realizou ajustes estruturais significativos, mas apenas confirmou tendências inscritas no seu padrão de expansão anterior, tornando-se mais vulnerável ao ciclo econômico. A política econômica, em sua opinião, teria que ter optado por ajustamento (estabilização) e não financiamento (crescimento com endividamento), para assim atenuar os efeitos prejudiciais da fase descendente do ciclo.

Na opinião de Serra (1982), a desaceleração da economia depois de 1975 é explicada por: 1) o superinvestimento realizado em setores como o de bens de consumo duráveis e o têxtil (durante o auge do ciclo); 2) a evidência do irrealismo de muitas metas de expansão do II PND, incluindo a reversão de expectativas sobre a evolução da economia mundial (que afetou os projetos de exportação); 3) o abandono (ou revisão) de alguns projetos em função da política de contenção de gastos públicos; e 4) a concentração de investimentos em atividades de relação capital-produto mais elevada e/ou de implementação mais demorada.

Com relação ao setor externo, o agravamento não se deu somente devido ao choque do petróleo, mas também ao aumento da demanda por importações de bens de produção e à criação de uma tendência estrutural a um crescente déficit comercial. Além disso, esse agravamento verificou-se em função da não adoção de controle de importações no biênio posterior à deflagração da crise do petróleo.

A estratégia industrial proposta pelo II PND tinha como pontos principais: 1) o desenvolvimento dos setores de base e, como novas ênfases, particularmente, o desenvolvimento da Indústria de Bens de Capital, da Indústria Eletrônica de Base e da área de Insumos Básicos. Os principais grupos de Insumos Básicos considerados são os produtos siderúrgicos e suas matérias-primas, os fertilizantes e suas matérias-primas, os defensivos agrícolas e suas matérias-primas, o papel e a celulose, as matérias-primas para a indústria farmacêutica, o cimento, o enxofre, e outros minerais não-metálicos; 2) a abertura de novos campos para a exportação de manufaturados, em complemento às exportações de indústrias tradicionais; 3) maior impulso ao desenvolvimento tecnológico industrial, inclusive com preocupação de evitar dispêndios excessivos nos pagamentos por tecnologia; 4) impulso ao desenvolvimento da indústria de alimentos, com continuação do esforço de modernização e reorganização de certas indústrias tradicionais; e 5) atenuação dos desníveis regionais de desenvolvimento industrial, evitando-se assim a con-

tinuação da tendência à concentração da atividade industrial em uma única área metropolitana³.

Como pode-se observar, as estratégias do II PND eram muito ambiciosas e davam um papel central as empresas estatais, que deveriam ser agentes fortalecedores do capital nacional e da indústria de bens de capital, atuando, principalmente, em áreas onde o capital privado não se envolvia devido à grande magnitude dos recursos necessários a sua implantação e ao grande intervalo de tempo requerido para a maturação dos projetos. Além disso, os grandes projetos da década de 70 e, de um modo especial a atuação das empresas estatais, estavam relacionados a equivocada idéia de que se manteriam as elevadas taxas de crescimento do período anterior. Esta informação pode ser vista no texto de Morandi, que trata das empresas siderúrgicas, “...a megalomania dos projetos está diretamente relacionada com a exagerada confiança na reprodução das elevadas taxas de crescimento verificadas durante o período do *milagre econômico*, constante na formulação do II PND. Na verdade, o produto interno cresce a taxas cada vez menores no pós-

74, atingindo mais profundamente o índice de formação bruta de capital fixo das grandes empresas privadas, cuja desaceleração do investimento refletiu-se diretamente na demanda por produtos siderúrgicos. Sem contar que, dos próprios investimentos realizados pelas estatais, grande parte das máquinas e equipamentos, intensivos em aço, foi adquirida do exterior em operações casadas com o fornecimento de crédito”. (MORANDI, 1997, p. 96).

Juntamente com a previsão equivocada de alto crescimento da economia brasileira no pós-74 encontram-se outros fatores que causaram a crise enfrentada pelas estatais na década de 80, quais sejam; a estrutura de financiamento dos investimentos feitos pelas estatais e as péssimas condições de geração interna de recursos, reflexo da política de preços vigentes durante a segunda metade da década de 70.

Para que as estatais pudessem efetuar o seu papel como havia sido estabelecido pelo II PND, qual seja, a execução de projetos cruciais nas áreas de infra-estrutura e de insumos básicos, foi utilizado, de maneira equivocada, um esquema de finan-

ciamento cujos contornos foram definidos segundo critérios macroeconômicos, e não de acordo com uma lógica micro-empresarial⁴. O objetivo de financiamento do governo da “Grande Potência” era a obtenção do crédito externo, cuja justificativa encontrava-se na tese do hiato de recursos reais. Segundo Davidoff Cruz, “as empresas estatais, ao recorrerem maciçamente ao endividamento externo para promover fundos, em moeda local, aos seus projetos, estariam proporcionando ao país o ingresso das divisas tão necessárias para fazer frente ao déficit na conta de mercadorias e de serviços produtivos. Argumentava-se, também, por suposto, que as condições quanto a volumes, prazos e custos dos créditos externos eram perfeitamente adequadas às necessidades dos projetos a financiar e compatíveis com os fluxos financeiros das empresas estatais”. (DAVIDOFF CRUZ, 1992, pp. 6-7).

Cabe ressaltar que os preços e as tarifas das empresas estatais foram utilizadas como instrumentos de combate à inflação e como mecanismos de concessão de subsídios ao setor privado via mudança de preços relativos⁵. Associado a isso, os elevados créditos externos adquiri-

• • • • •
³ Estas informações podem ser encontradas no documento intitulado II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979).

• • • • •
⁴ Conforme pode-se observar em Lundberg & Castro, “no início deste processo [estatização da dívida externa], os recursos externos capitados foram canalizados ao financiamento de um ambicioso programa de investimentos em infra-estrutura, insumos básicos e bens de capital (II PND), com a finalidade de reduzir a dependência externa do país. No entanto, progressivamente, o setor público não-financeiro passa a ficar dependente de novos recursos externos para a rolagem da dívida externa assumida. A partir de 1979, com a elevação dos juros internacionais e as desvalorizações cambiais mais acentuadas, acelera-se o processo de endividamento externo do governo, dada a dívida assumida no passado”. P. 72.

• • • • •
⁵ Deve-se observar que os setores que tiveram uma maior contenção dos preços e tarifas de seus produtos foram os setores de infra-estrutura e o de insumos de uso generalizado que estavam

dos pelas empresas estatais possibilitaram que o reforço financeiro do BNDE (PIS/PASEP) fosse direcionado, sob forma de crédito subsidiado, em grande parte, aos capitais privados⁶. Logo, algumas empresas estatais incapacitadas, internamente, de gerar um nível satisfatório de recursos e/ou com a dificuldade de obtenção do crédito doméstico para os seus investimentos, passam a recorrer cada vez mais ao crédito externo.

A crescente participação de entidades públicas, principalmente, de empresas estatais, na captação de recursos externos desde meados da década de 70 é uma das três vertentes principais do processo que ficou conhecido como “*processo de estatização da dívida externa*”, que se acentuou na década de 80 e culminou, na década de 90, com a privatização de várias destas empresas.

Capítulo 2 – A estatização da dívida externa e o uso indevido das estatais.

A dívida externa brasileira foi um dos grandes problemas da década de 80. Seu primeiro grande impulso na história recente, segundo Davidoff Cruz (1982), deu-se no período 1969-73: a dívida passa de 3,8 bilhões de dólares em fins de 1968 para 12,6 bilhões em fins de 1973. Nesta época,

o discurso era o seguinte: as tomadas de recursos externos constituíam elemento de vital importância para a realização de altas taxas de crescimento do produto interno. Cabe ressaltar que neste período devido à conjuntura internacional favorável (grande liquidez internacional com disponibilidade de créditos a prazos cada vez mais longos e taxas de juros reduzidas), obteve-se, como já foi visto, um grande aumento da dívida externa.

No entanto, a crise do petróleo faz com que haja uma elevação tanto das taxas básicas de juros como nos *spreads* praticados no mercado financeiro internacional. Há, internamente, um declínio das inversões privadas que são, em boa parte, compensadas pelas inversões públicas, principalmente, por aquelas decorrentes do II PND. Enquanto o mundo capitalista avançado fazia um ajuste recessivo, o Brasil preferia incorrer, como já foi visto, num processo de crescimento com endividamento.

Devido ao declínio das inversões privadas brasileiras decorrentes do 1º Choque do Petróleo e do posterior aumento das taxas de juros, utilizaram-se vários dispositivos institucionais para tornar atraente, a credores e devedores privados, os empréstimos externos, e, com isso, possibilitar o financiamento dos

déficits em transações correntes e a execução do II PND. O governo, de modo geral, estimulou empresas financeiras e não-financeiras a depositarem no Bacen as moedas estrangeiras adquiridas, dando-lhes em troca proteção cambial. Segundo Lundberg & Castro (1987), estes dispositivos institucionais foram: 1) a Resolução 63, que facilitou a captação externa pelos tomadores domésticos, por intermédio das instituições financeiras, com a redução dos prazos para a realização dos empréstimos; 2) a Circular 230, que possibilitou que os bancos depositassem recursos externos não aplicados em investimentos, no Bacen, garantindo ainda a remuneração dos mesmos; 3) a Resolução 423, que permitiu que as empresas não-financeiras pudessem obter empréstimos diretamente com os bancos internacionais ao mesmo tempo que protegia as empresas contra as oscilações que chegavam a mais de 70% do custo nominal em cruzeiros. Entretanto, esta medida enquanto aumentou em apenas 57% as captações privadas (isto graças ao crescimento da demanda por crédito das empresas de mineração) para o setor público verifica-se uma expansão de suas captações da ordem de 195% em relação ao volume médio anual do período entre 1975 e 1980; 4) a Lei 4.131, que em 1962 influenciava o cômputo das remessas através da exclusão do reinvestimento de lucros,

•••••
• no centro das estratégias do II PND e que requeriam grandes somas de recursos para as suas inversões.

• ⁶ Segundo Davidoff Cruz (1982) “a análise setorial das captações públicas indica que seu peso crescente no conjunto das captações totais efetuadas nos moldes da Lei nº 4.131 resulta, em boa medida, dos empréstimos contratados por empresas de dois setores produtores de insumos generalizados, a saber: energia e siderurgia”. p. 72.

Tabela 1
Empréstimos em moeda (lei 4.131) estrutura dos ingressos brutos anuais
segundo a propriedade do capital do tomador 1972-1975

Discriminação	1972		1973		1974		1975	
	US\$ 106	%						
Público	623,1	24,9	1.130,9	39,7	1.098,0	35,3	1.900,9	50,4
Privado	1.874,4	75,1	1.718,3	60,3	2.011,5	64,7	1.872,1	49,6
TOTAL	2.497,5	100,0	2.849,2	100,0	3.109,5	100,0	3.773,0	100,0

Fonte dos dados brutos: Registros efetuados junto à Fiscalização e Registro de Capital Estrangeiro - FIRCE, do Banco Central do Brasil. In: DAVIDORFF CRUZ, P. A Dívida Externa Brasileira. In: BELUZZO, L. G. E. COUTINHO, R. (Org.) Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. Vol. 2. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 73.

Tabela
Empréstimos em moeda (lei 4.131) estrutura dos ingressos brutos anuais
segundo a propriedade do capital do tomador 1976-1980

Discriminação	1976		1977		1978		1979		1980	
	US\$ 106	%								
Público	1.953,3	51,1	2.500,5	51,5	5.317,4	60,2	6.642,9	76,8	3.687,0	76,6
Privado	1.872,7	48,9	2.356,9	48,5	3.511,5	39,8	2.007,4	23,2	1.124,1	23,4
TOTAL	3.826,0	100,0	4.857,4	100,0	8.828,9	100,0	8.650,3	100,0	4.811,1	100,0

Fonte dos dados brutos: Registros efetuados junto à Fiscalização e Registro de Capital Estrangeiro - FIRCE, do Banco Central do Brasil. In: DAVIDORFF CRUZ, P. A Dívida Externa Brasileira. In: BELUZZO, L. G. E. COUTINHO, R. (Org.) Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. Vol. 2. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 73.

do período do “*Milagre Econômico*”, o setor privado respondia por cerca de 67% do total captado através da Lei 4.131.

A partir de 75, a proporção de captação de recursos por parte do setor privado reduz-se, chegando a corresponder a 23,4% do total captado no ano de 1980. A redução dos empréstimos feitos privadamente é compensada, principalmente, pelos empréstimos avalizados pelo setor público e, preponderantemente pelos vinculados aos projetos oriundos do II PND. O novo padrão de crescimento proposto pelo referido plano não vislumbrava a mudança de sinal do comércio internacional.

No seu texto para discussão, Davidoff Cruz define a “*estatização da dívida externa brasileira*” como sendo o “...*processo através do qual o Estado ampliou crescentemente sua participação no estoque da dívida contraída junto aos organismos financeiros e aos bancos privados internacionais*”. (DAVIDORFF CRUZ, 1992, p. 1).

Este processo acentuou-se na década de 80, devido a particular conjuntura da economia brasileira e do mercado financeiro internacional: a política recessiva do início da década de 80 (recessão, contenção do salário real, controle dos gastos do governo – em especial, dos investimentos –, elevação das taxas de ju-

ros e contração da liquidez real) agravou ainda mais o quadro econômico-financeiro das estatais. Segundo Morandi, “*a orientação da política econômica privilegiou a ótica do combate ao déficit público e da crescente geração de crescentes superávits na balança comercial, como forma de conter a escalada inflacionária e estimular a entrada de divisas necessárias ao pagamento da crescente dívida externa. As estatais foram, novamente, envolvidas no cumprimento dos objetivos macroeconômicos, na forma de um elenco de políticas, sob orientação do governo federal, que, no conjunto, afetou a rentabilidade das empresas e culminou numa crise sem precedentes no setor [siderúrgico].*” (MORANDI, 1997, p. 114).

Biasoto Jr (1988) apresenta três vertentes principais da estatização da dívida e que ganhou grande relevância na crise do endividamento: 1) a crescente participação de entidades públicas na captação de recursos externos; 2) o processo de transferência de dívidas externas (originalmente captadas pelo setor privado) às autoridades monetárias; e 3) a forma que assumiu o processo de renegociação da dívida externa. Em 1983, o banco Central tornou-se o depositário de expressiva parcela de recursos externos.

Seria conveniente, para melhor avaliar estas vertentes, estudá-las em duas etapas. A primeira se dá entre os dois choques do petróleo e a segunda dá-se a partir do choque dos juros e do 2º Choque do Petróleo. Abaixo serão analisadas, separadamente, estas duas etapas do processo.

A primeira etapa da estatização da dívida externa brasileira tem como característica básica o peso crescente do setor público, principalmente, das estatais, nas contratações anuais de novos empréstimos externos. Por exemplo, com relação aos empréstimos associados com a Lei 4.131, a participação do setor público elevou-se de 35% em 1974 para 60% em 1978. Neste período, o Brasil enfrentava um esgotamento do período de crescimento anterior, ou seja, havia uma desaceleração do crescimento do produto, perda de dinamismo das inversões privadas, fortes desequilíbrios no balanço de pagamentos, elevação da taxa de inflação, dentre outros. Mesmo assim, o governo militar optou por um plano que impulsionasse definitivamente a industrialização brasileira (II PND).

Como havia um desaquecimento do setor privado e devido ao objetivo de substituir importações de bens intermediários, deu-se um papel de destaque às empresas estatais. A forma de financiamento seria, como já foi visto, o crédito externo justificado pela tese do hiato de recursos reais (não era visto a partir de uma lógica micro-empresarial). Dois motivos fundamentais levam as estatais a recorrerem ao financiamento externo: 1) o fato dos preços e das tarifas públicas serem tidos como um instrumento de combate a inflação e como mecanismo de concessão de subsídi-

os ao setor privado via mudança dos preços relativos (impossibilitava a auto-financiamento destas empresas); e 2) o reforço financeiro do BNDE, sob a forma de crédito subsidiado, quase que exclusivamente aos capitais privados. Ou seja, as estatais não tinham financiamento interno, sendo necessário endividar-se externamente.

A segunda etapa deste processo iniciou-se em 1979 e prolongou-se até meados da década de 80. Segundo Davidoff Cruz (1992), o setor público chegou a atingir algo próximo a 90% das tomadas diretas realizadas nos termos da Lei 4131. A característica singular deste período encontra-se em dois pontos: 1) uso intensivo dos mecanismos de defesa contra o risco cambial colocados pelo Banco Central à disposição do setor privado, sob a forma de depósitos registrados em moeda estrangeira (DRME); e 2) na transformação do Banco Central em tomador de empréstimos junto aos bancos internacionais (depósitos de projetos).

O agravamento do processo de estatização da dívida externa adveio da crise cambial, das políticas de ajuste e das negociações com o cartel dos bancos e com o FMI. Ao endividamento das empresas estatais juntou-se a transferência maciça ao Bacen de dívidas ainda a vencer contratadas originalmente pelo setor privado (DRME). Somando-se

a isto, coube ao Banco Central arcar diretamente com o custo do giro de um estoque crescente de créditos externos (1982)⁸. Nas palavras de Biasoto Jr., “*não há como negar que o processo de estatização do endividamento externo tenha chegado, nos anos oitenta, a um estágio máximo, onde a própria Autoridade Monetária é tomadora final de grande parte dos recursos externos. Também não se pode colocar em dúvida que o inusitado crescimento da dívida pública nos anos oitenta contou com a decisiva contribuição do crédito externo, seja devido à forma que assumiu o processo de renegociação da dívida, seja pela absorção de créditos externos originalmente captados por agentes privados*”. (BIASOTOR JR., 1988, p. 82).

Assim, a crise da década de 80 atingiu o Estado brasileiro de duas maneiras: 1) redução da arrecadação tributária; e 2) crescimento da estatização da dívida. Tanto a redução da arrecadação tributária quanto o crescimento da estatização da dívida tiveram conseqüências diretas nas empresas estatais. Por um lado, houve um aumento da interferência federal na gestão das empresas, utilizando-as, sempre que possível, como instrumentos de política de estabilização. E, por outro lado, houve limites cada vez maiores na obtenção de recursos para cobrir as dificuldades financeiras das estatais.

• • • • •

⁸ O Bacen, no final do ano de 1982, arcou diretamente com o custo do giro de um estoque crescente de créditos externos porque os termos da renegociação com o cartel dos bancos credores assim o exigiam.

Já no inícios da década de 90, com o objetivo de sanear financeiramente o Estado, cria-se, no governo Collor, o Programa Nacional de Desestatização. O PND tinha por objetivos, nas palavras de Passenezzi Filho, o “reordenamento estratégico do Estado, redução da dívida pública, retomada de investimentos, modernização da indústria e fortalecimento do mercado de capitais.” (PASSANEZZI FILHO, in: MORANDI, 1997, p. 123).

Capítulo 3 – Privatização: A atuação do estado neoliberal

A partir do ano de 1983 as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno devido ao fato de todo o mundo capitalista ter caído numa longa e profunda recessão, combinando uma situação nunca observada anteriormente: reduzidas taxas de crescimento com elevadas taxas de inflação. Neste período, no entanto, o Brasil vivia a euforia do auge do “*Milagre Econômico*” e a ilusão de ser visto por seus governantes como uma “*ilha de prosperidade num mundo de recessão*”. Neste país, a estagnação com inflação fizeram-se irmãs desde a década de 80.

A solução encontrada pelos neoliberais do primeiro mundo para as altas taxas de inflação foi, para Anderson, “*manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas.*” (ANDERSON, 1995, p. 11).

Segundo Campos, “*no final do Governo Sarney, a taxa inflacionária*

atingiu níveis altíssimos e preocupantes. A inflação do ano de 1989 foi de 1.782,89% (IGP-DI/FGV), e ao primeiro trimestre do ano de 1990 responderam, respectivamente, as seguintes taxas inflacionárias: 56,11% (janeiro), 72,78% (fevereiro) e 84,32% (março). A situação era difícil e criava a necessidade de um plano de estabilização e de um incentivo ao crescimento”. “*No contexto de uma possível hiperinflação, nasce o debate sobre a capacidade do Estado em investir, sobre o seu novo papel e sobre a necessidade de sua reformulação*”. (CAMPOS, 1997, p. 109).

Devido à crise do Estado nos anos 80 (redução da arrecadação tributária e estatização da dívida externa), limitou-se os aportes fiscais para cobrir as dificuldades financeiras das estatais e, além disso, ampliou-se a interferência federal na gestão dessas empresas, utilizando-se preços e tarifas públicas irrealistas em políticas macroeconômicas de combate à inflação. Nas palavras de Campos, “*os preços de alguns serviços públicos e bens produzidos pelo setor público sofreram contenção tarifária em 1975/76, além da redução do crédito de longo prazo cedido pelo BNDE a empresas públicas e mistas. Com isso reduzia-se a margem de financiamento interno das estatais, forçando-as a recorrer ao crédito externo para manter seus investimentos.*” (CAMPOS, 1996, p. 27).

No decorrer do processo de autodestruição e sucatagem das empresas estatais (subtarifação, falta de recursos para investimentos, etc), surgia um órgão de controle dessas empresas que tinha por objetivo, segundo Campos, destruir a imagem

do setor público: “*em outubro de 1979 foi criada, no Brasil, a Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST), submetendo as empresas estatais a uma instância de controle unificado e centralizado. O objetivo desta secretaria era tornar mais transparente a atuação das estatais para que se pudesse analisar se estas eram ou não responsáveis pelo crescente déficit público. O problema maior da SEST foi que esta não separou as diferentes instâncias públicas: por exemplo, uma grande empresa estatal como a Petrobrás encontrava-se lado a lado em análise com as Universidades Federais*”. (CAMPOS, 1996, p. 270).

Assim, torna-se clara a grande crítica feita à SEST: heterogeneidade das entidades controladas. Isto faz com que o denominado “*Orçamento SEST*”, se analisado em conjunto, gere distorções profundas. A estrutura apresentada por esse orçamento é a que se vê na Tabela 3.

Mesmo com a grave crise econômico-financeira das estatais, na década de 80 houve somente reprivatizações de empresas anteriormente privadas que haviam sido adquiridas pelo governo como forma de pagamento de suas dívidas.

Já no início do governo Collor, no entanto, houve o lançamento de um programa amplo de privatizações que, até mesmo, abrangia as grandes empresas estatais. Devido à falência do Estado produtor-interventor, a proposta de privatização encontrou respaldo político (o próprio governo passa a fazer propaganda a favor da privatização). Assim, em 1990, é lançado o Programa Na-

Tabela 3
O orçamento SEST e o cômputo do déficit das empresas estatais

1. Dispêndios
Despesas de Capital
Investimentos
Amortizações
Outras Despesas de Capital
Despesas Correntes
Pessoal e Encargos Sociais
Encargos Financeiros
Outros custeios
Dispêndios Globais/Orçamento SEST
Aplicações Líquidas
Total de Dispêndio e Aplicações
2. Recursos
Receita Operacional
Receita Não-Operacional
Outros Recursos
Recursos do Tesouro
Operações de Créditos
Variações nas Operações de Créditos de Curto Prazo
Variações de Valores de Terceiros
Variações do Disponível
Total de Recursos

Este controle, na realidade, significa considerar, de forma idêntica, dívidas de entidades que produzem e custeiam os seus próprios dispêndios com receitas próprias e dívidas de empresas que necessitam de recursos da União para financiar a totalidade de seus gastos

Fonte: CASTRO FILHO, Josué de & ADEODATO, Benedito Fonseca e Souza. Empresas estatais: perfil e desempenho recente. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 16. Anais. Belo Horizonte: ANPEC. Vol. 3, 1998, p. 116.

cional de Desestatização (PND)⁹, que tinha por objetivos, segundo o próprio BNDES: permitir a mudança do papel do Estado, concentrando suas ações e recursos, sabidamente escassos, nas áreas sociais; reduzir a dívida pública, auxiliando o ajuste fiscal do Governo; permitir a retomada dos investimentos nas empresas e atividades desestatizadas, com os recursos de seus novos proprietários; estimular a competição no mercado, contribuindo para o aumento da qualidade de bens e serviços ofertados à população; e fortalecer o mercado acionário, com maior pulverização do capital¹⁰.

Em 1991, foram dissolvidas comercialmente a Petrobrás Mineração S. A. (Petromisa) e a Petrobrás Comércio Internacional S. A. (Interbrás). No ano de 1992, incluiu-se o setor petroquímico no Programa Nacional de Desestatização, onde a Petroquisa teve reduzida a sua participação no setor. Ainda em 1992, foi iniciado o PND para o setor de fertilizantes, com a alienação da Fosfértil e da Goiásfértil no segundo semestre.

No setor siderúrgico, no processo de privatização teve início com a USIMINAS, em outubro de 1991.

Logo depois, foram privatizadas a CST (julho de 1992), a ACESITA (outubro de 1992), a CSN (abril de 1993), a COSIPA (agosto de 1993) e a AÇOMINAS (setembro de 1993).

Segundo Morandi, no processo de privatização, “a autonomia do executivo foi garantida pela forma de institucionalização do programa, comandada por três agentes: uma Comissão Diretora, um Gestor do Programa e Empresas de Consultoria, com destaque para o BNDES, que acabou sendo o órgão central na condução do programa de privatização. A comissão diretora, responsável pelas principais decisões, ficou diretamente subordinada ao Presidente da República e composta de onze membros, sendo que quatro do governo – que, além da presidência da Comissão, possui representantes dos ministérios da Economia, infra-estrutura e do Trabalho – e sete do setor privado, constituído por pessoas de notório saber em diversos campos do conhecimento. O gestor do programa, sob responsabilidade do BNDES, recebeu a função de organizar e administrar todas as operações de privatização, além de subsidiar a Comissão Diretora. O terceiro agente do processo foi constituído por empresas privadas de consultoria e por audito-

⁹ O PND foi criado através da Lei nº 8.031 de 12 de abril de 1990 e regulamentado pelo Decreto nº 1.204 de 29 de julho de 1994. Cabe ressaltar que esta lei vem sofrendo alterações até hoje. Dentre as principais alterações, segundo o BNDES, tem-se: a criação do Conselho Nacional de Desestatização (alteração introduzida pela MP nº 841 de 19 de janeiro de 1995 e suas reduções).

¹⁰ No caso de venda de uma empresa estatal, o procedimento compreende várias etapas, quais sejam: 1) inclusão da empresa no PND por Decreto do Presidente da república; 2) licitação de serviços de consultoria e auditoria; 3) execução dos trabalhos para a proposição das condições de desestatização; 4) apreciação e decisão do Conselho Nacional de Desestatização (CND), sobre as condições de venda; 5) edital de venda; 6) leilão, venda aos empregados, ofertas públicas; 7) liquidação financeira da operação; 8) relatório final dos auditores; e 9) anúncio do encerramento do processo.

dir qual será o percentual mínimo de moeda corrente a ser utilizada na privatização de cada empresa, sendo que a outra parte do pagamento pode ser feita com as “*moedas de privatização*” do PND, que são as seguintes: Debêntures da Siderbrás – SIBR; Certificados de Privatização – CP¹²; Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND; Créditos Vencidos Renegociados (securitizados) – DI-SEC; Títulos da Dívida Agrária –

TDA; Títulos da Dívida Externa – DIVEX; Letras Hipotecárias da Caixa Econômica Federal – CEF; e Notas do Tesouro Nacional, série M – NTN – M. A utilização destas moedas pode ser observada no quadro 3.

Desde que o PND foi implementado (1990) até o início do ano de 1997, o número de privatizações foi de 52 empresas e participações acionárias estatais federais, sendo gran-

de parte localizada no setor siderúrgico, na química e petroquímica, no setor de fertilizantes e no setor de energia elétrica. Ainda foram repassados à iniciativa privada, através de concessão, cinco trechos da Rede Ferroviária Federal (RFFSA, as Malhas Oeste, Centro-Leste, Sudeste, Tereza Cristina e Sul). Os resultados obtidos com o processo de privatização são, em números, os dispostos na tabela 4.

Os grandes impasses e debates surgidos no decorrer do processo de privatização, por parte daqueles que não contestam o processo em si, mas apenas a sua forma, foram e continuam sendo, principalmente, a composição da cesta de moeda utilizadas para a compra das empresas (as “*moedas pobres*”), a obrigatoriedade da aquisição dos Certificados de Privatização (CT) e quais seriam as estatais que deveriam participar deste processo.

No entanto, cabe ressaltar que, hoje, questões muito mais sérias também estão sendo discutidas: 1) perda de soberania nacional; 2) perda de identidade cultural; e 3) diminuição das possibilidades de interferência da sociedade civil nas decisões de política econômica¹³.

Quadro 3

Utilização de moedas de privatização: 1991/96 US\$ milhões

ANO	SIBR	CP	OFND	DI-SEC	TDA	DIVEX	CEF	Total-Moedas de Privatização (a)	Total-Geral-Receita de Venda (b)
1991	623	345	277	266	81	4	-	1.596	1.614
1992	149	748	284	791	255	37	106	2.370	2.401
1993	505	180	33	1.344	175	27	188	2.452	2.627
1994	75	9	24	379	56	1	7	551	1.966
1995	144	8	-	516	9	-	-	676	1.003
1996	-	8	-	791	224	-	-	1.023	4.080
TOTAL	1.496	1.297	618	4.087	800	69	301	8.668	13.691

Fonte: BNDES

Tabela 4

Resultados obtidos com a privatização

Venda das empresas estatais:	US\$ 13,69 bilhões
Dívidas transferidas para as empresas privatizadas:	US\$ 4,56 bilhões
Total:	US\$ 18,25 bilhões

Fonte: BNDES

¹² Segundo Morandi (1997), “*umas das principais inovações do Programa de Privatização do Governo Collor foi o lançamento dos títulos denominados Certificados de Privatização que, na sua concepção original, poderiam resultar numa arrecadação próxima de US\$ 8 bilhões, no ano de 1990, segundo avaliação do governo*”. P. 124.

¹³ A questão da interferência da sociedade civil nas decisões de política econômica, através de um ministro que nomeia o presidente de uma estatal que foi anteriormente “*escolhido*” através das urnas pelo voto, é bastante questionável. De um lado, afirma-se que enquanto os presidentes de empresas forem escolhidos por ministros eles o estarão sendo – indiretamente – pelo povo. Por outro lado, afirma-se que os altos cargos das empresas ficam cada vez mais sujeitos ao uso indevido, prejudicando o bom andamento das empresas. Por exemplo, muda o ministro, muda o presidente de uma empresa.

É sempre bom lembrar que a privatização traz consigo a despoliticização das decisões econômicas, o enfraquecimento dos sindicatos do setor público e a desarticulação das alianças entre empresas e burocracias econômica. Nesse aspecto, as estratégias utilizadas pelos presidentes Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso lembram a dos presidentes de la Madrid e Salinas em seus ataques ao corporativismo mexicano e na intenção de usar a privatização contra as organizações existentes na sociedade.

Considerações finais

No mundo desenvolvido, a idéia do Estado neoliberalizante teve uma maior aceitação, principalmente, a partir do ano de 1973 com a crise mundial do petróleo. No Brasil, no entanto, ela obteve maior relevância nas décadas de 80 e de 90. O objetivo do programa neoliberal é, dentre outras coisas, reduzir a atuação do Estado (por vezes, anular) nas áreas sociais e nas intervenções econômicas¹⁴. Um grande exemplo, recentemente ocorrido, foi o do México,

no final de 1994, que teve que hipotecar suas reservas petrolíferas como garantia do empréstimo de US\$ 40 bilhões fornecido pelos EUA para reduzir as perdas dos bancos internacionais que financiaram a “*aventura*” neoliberal mexicana¹⁵.

Entretanto, como foi visto neste trabalho, o processo de autodes-truição das estatais brasileiras teve início na década de 70. Elas foram utilizadas como instrumentos de captação de recursos externos em todos os anos dessa década e, principalmente, no período compreendido entre 1977 e 1980. Além dessas empresas terem que recorrer ao empréstimo externo, devido à redução do crédito oferecido pelo BNDE às empresas públicas e mistas, elas sofreram subtarifação de seus produtos. Dessa maneira, houve uma redução da capacidade de investimento das mesmas.

Devido ao próprio perfil da década de 80, ou seja, política recessiva no início dos anos 80 (recessão, contenção do salário real, controle dos gastos do governo, elevação das taxas de juros e contração da liqui-

dez real), muitas empresas estatais, em especial os setores siderúrgico e o de energia elétrica tiveram o seu quadro econômico-financeiro agravado. Mais uma vez as estatais cumpriram um papel decisivo nas políticas macroeconômicas recessivas de combate à inflação (subtarifação de seus produtos).

Ao final da década de 80 e início da década de 90, muitos setores estavam engendrados numa crise financeira sem precedentes. É neste cenário que surge o PND (Plano Nacional de Desestatização – 12/04/90), com os seguintes objetivos: mudança do papel do Estado (este deixaria de ter um perfil produtor-interventor para ser um Estado neoliberalizante); redução da dívida pública; retomada dos investimentos; estímulos a competição no mercado e aumento da qualidade de bens e serviços ofertados à população; e, enfim, fortalecimento do mercado de ações.

O primeiro setor a ser privatizado foi o siderúrgico com a USIMINAS, em outubro de 1991. Este setor teve a rentabilidade de suas empresas

• • • • •

¹⁴ Para alguns autores, o forte do Estado neoliberal é o tipo de intervenção econômica que encontrou. Ao deixar boa parte das decisões ao mercado, *interfere* a favor dos grandes grupos econômicos e contra frações inteiras da pequena burguesia e dos trabalhadores em geral. É a forma mais eficiente de intervenção, pois acompanhada de discurso não-intervencionista e não-classista. Esta intervenção aparece como não-discriminatória, não-corporativista, quando, ao contrário, é tudo isso de uma forma jamais vista.

¹⁵ Segundo Maneschy (1995), “o México foi um dos primeiros países a conduzir a sua economia de acordo com o estabelecido pelo Consenso de Washington e, já no final do ano de 1994, obteve um déficit de US\$ 20,6 bilhões (desindustrialização, desemprego, desnacionalização da economia e uma dívida externa que chega a 68% do PIB). Atualmente, esse país não possui mais o controle do petróleo (oitava reserva mundial – 46,2 bilhões de barris), uma vez que hipotecá-lo como garantia do empréstimo norte-americano de US\$ 40 bilhões”. p. 6 1 Cabe ressaltar que, no início do processo de endividamento brasileiro da década de 70, os recursos externos captados eram utilizados no financiamento de um ambicioso programa de investimentos em infra-estrutura, insumos básicos e bens de capital decorrentes das propostas do II PND que tinha a finalidade de reduzir a dependência externa do país.

afetadas, o que culminou numa grande crise. Hoje, porém, no governo Fernando Henrique Cardoso, importantes empresas que não foram tão afetadas por este processo de autodestruição estão sendo privatizadas com a mesma “fúria neoliberal”. Dentre elas, encontra-se a CVRD. Outro fato relevante e bastante criticado neste processo, é que são utilizadas, em grande medida, “moedas podres” na compra de suas ações.

O processo de privatização, vivido pelo Brasil e por todos os países que acataram as idéias estabelecidas no Consenso de Washington, deveria, no mínimo, ser melhor avaliado e conduzido, tendo objetivos mais nítidos e coerentes com o perfil de cada empresa estatal (muitas empresas são superavitárias e possuem uma forte interligação com outras empresas nacionais, além de que, em nossa opinião, vários grupos sociais podem ser afetados por este processo).

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ASSIS, J. Carlos de & TAVARES, Maria da Conceição. *O Grande Salto para o Caos: a economia política e a política econômica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ASSIS, J. Carlos de. *Análise da Crise Brasileira. Da Internacionalização Bancária com Castelo à Capitulação com Sarney*. Rio de Janeiro: Forense, 1988.
- BATISTA, Jorge Chami. A estratégia de ajustamento externo do Segundo Plano nacional de Desenvolvimento. In: *Revista Nacional de Economia Política*. Vol. 7, nº 2, abril-junho de 1987.
- BIASOTO JR., Geraldo. A estatização do endividamento externo e o crescimento da dívida do setor público na primeira metade da década. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 16. *Anais*. Belo Horizonte: ANPEC, Vol. 3, 1988.
- _____. Dívida externa, déficit público e dívida interna: algumas observações sobre a ruptura do padrão de financiamento do setor público. In: *Texto para Discussão*. Campinas: UNICAMP. Nº 7, sd.
- BNDES. *BNDES/Privatização: vários documentos*. Privatiz@BNDES.gov.br.
- BRASIL, República Federativa. II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). Brasília, 1974.
- CAMPOS, Adriana Fiorotti. O processo de privatização: o caso da Petrobrás. In: *Revista Interface*. Vitória. Ano II, nº 3, 1997.
- _____. *Petrobrás: o monopólio estatal do petróleo no Brasil*. Vitória: UFES, 1996. Dissertação – Monografia de Final de Curso em Economia.
- CARNEIRO, Ricardo. *Crise, Estagnação e Hiperinflação: a economia brasileira nos anos 80*. Campinas: IE/UNICAMP, 1991. Tese de Doutorado em Economia.
- CASTRO FILHO, Josué de & ADEODATO, Benedito Fonseca e Souza. Empresas estatais: perfil e desempenho recente. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 16. *Anais*. Belo Horizonte: ANPEC, Vbol. 3, 1988.
- COLOMBI NETTO, Júlio. O déficit público e as empresas estatais. In: LOZARTO, Ernesto (org.) *Déficit Público Brasileiro: política econômica e ajuste estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DALCOMUNI, Sonia Maria. *A Implantação da Aracruz Celulose no Espírito Santo – principais fatores em jogo*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1990. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Agrícola.
- DAVIDOFF CRUZ, Paulo. *Endividamento Externo e Transferência de Recursos reais ao Exterior: os setores público e privado na crise dos anos oitenta*. Campinas: UNICAMP. Mimeo, 1992.

- _____. Notas sobre o endividamento externo brasileiro nos anos setenta. In: BELUZZO, L. G & COUTINHO, R. (Org.) *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. Vol. 1.* São Paulo: Brasiliense, 1982.
- DELFIM NETTO, Antonio. *Mudanças Estruturais da Economia no Governo Figueiredo* (Palestra do Ministro A. Delfim Netto na Escola Superior de Guerra – RJ). Brasília: Secretaria de Planejamento, junho de 1984.
- LESSA, Carlos. Visão Crítica do II Plano Nacional de Desenvolvimento. In: *Revista Tibirica*. São Paulo, Ano II, nº 6, 1977.
- LUNDBERG, Eduardo Luis & CASTRO, Antonio Luis Parkinson de. Desequilíbrio financeiro do setor público e seu impacto sobre o orçamento monetário. In: LOZARDO, Ernesto (org.). *Déficit Público Brasileiro: política econômica e ajuste Estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- MANESCHY, Osvaldo. Primeiro mundo preserva fortes seus Estados. In: *Revista Cadernos do Terceiro Mundo*. Nº 187, julho de 1995.
- MORANDI, Angela Maria. *Na Mão da História: a CST na siderurgia mundial*. Vitória: EDUCES, 1997.
- PAULA, Tomás Bruginski de. Empresas Estatais – ajustamento e impasses. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 16. *Anais*. Belo Horizonte: Anpec. Vol. 3, 1988.
- SERRA, José. Ciclo e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: BELUZZO, L. G. & COUTINHO, R. (Org.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. Vol. 1.* São Paulo: Brasiliense, 1982.